

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

CONTRA RAZÃO :

CONTRA – RAZÃO
AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
À SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS
COORDENADORIA – GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Ref. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2019 – Processo Administrativo nº 081.29.002051/2019-50.

Eu, TATIANA PAULA ZANI DE SOUSA, Brasileira, Leiloeira Oficial registrada na JUCESP sob nº 723, inscrita no CPF nº 262.678.818-06, domiciliada a AV DOM PEDRO II, nº 620 – 20º andar Santo André/SP vem perante Vossa Senhoria apresentar CONTRA RAZÃO referente ao RECURSO apresentado pelo leiloeiro GIORDANO BRUNO COAN AMADOR – Leiloeiro Oficial JUCESP nº 1061 inscrito no CPF nº 020.573.691.29 com fundamentos na lei 8.666/1993, Decreto de nº 5.450, de 31 de maio de 2005.

I – DOS FATOS E DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE

Eu, Tatiana Paula Zani de Sousa, participei do pregão 04/2019 cumprindo todas as exigências editalícias, ocorre que o LEILOEIRO supracitado, impetrou recurso contra o ato da comissão que me declarou vencedora do certame, baseando seus argumentos na Lei 8666/1993, no edital e na legislação que regulamenta a matéria.

Aqui venho elucidar e contrapor as questões levantadas pelo recorrente, quais sejam: o preço inexequível e a capacitação técnica.

Cabe lembrar, a fim de elucidar legalmente as contra-razões abaixo apresentadas, que a profissão de Leiloeiro Público Oficial se rege pelo Decreto 21.981 / 1932 e pelas Instruções Normativas do Departamento Nacional de Registro do Comércio, que são: DNRC Nº 113 DE 28.04.2010 e INSTRUÇÃO NORMATIVA DREI Nº 44, DE 7 DE MARÇO DE 2018.

E AINDA, Como prevê o edital, a lei 8666 é aplicada subsidiariamente: “aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.”

II – DAS CONTRA RAZÕES

DO PREÇO INEXEQUÍVEL

Os argumentos quanto à inexistência de equilíbrio, apresentados pelo requerente, caem por terra, quando em primeira instância, apresentarmos os termos previstos do Termo de Referência do Edital em questão:

“ item 4.6 além do valor proposto para a administração à leiloeira receberá dos arrematantes a comissão de 5% prevista no Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932 – Planalto...”

Portanto, com 13 anos de experiência, afirmo que com os 5% de comissão do arrematante, é possível, custear as obrigações do Leiloeiro, previstas em Edital.

Quanto à definição para a proposta de preços prevista em Edital, cabe lembrar todo o processo que antecede a elaboração dos termos do Edital, onde se analisa os preços praticados no mercado para os bens e serviços a serem licitados, conforme discorre a advogada Greicy Kelly Mognon em um de seus brilhantes textos:

“Inicialmente, oportuno tecer algumas considerações quanto ao valor de referência instituído pela Administração, como parâmetro para a análise dos preços ofertados no processo licitatório.

Ao elaborar o preço de referência, também chamado de valor estimado, a Administração deve realizar uma abrangente pesquisa, a fim de documentar o preço que vem sendo praticado no mercado para a aquisição de determinado bem ou prestação de determinado serviço. Esta etapa, conhecida como pesquisa prévia, é indispensável para que seja possível atestar a existência de orçamento para aquela contratação.”

No mais, a inexistência de equilíbrio de preços somente pode ser provada com números e planilhas de custos, o que o recorrente não apresentou. E caso apresentasse, como saberia o resultado do leilão, a fim de saber a comissão do leiloeiro (paga pelo arrematante) apurada e se de fato ela cobre ou não os custos das obrigações previstas em Edital?

Na mesma esteira, o Leiloeiro requerente, que considera a NÃO COBRANÇA à administração pública, como preço inexequível, mesmo o vencedor do certame recebendo a comissão legal do arrematante – conforme disposto no parágrafo acima, se submeteu às condições previstas em edital na proposta de preços, conforme segue:

“5.6”. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item, aferido a partir da menor taxa de comissão a ser paga pelo Comitente (Administração) ao Leiloeiro Público Oficial.

5.6.1. Por limitação do sistema Compras Governamentais, a disputa de lances durante a Sessão Pública deverá ocorrer da seguinte forma:

5.6.1.1. O sistema Compras Governamentais apresentará como valor total estimado R\$ 100,00 (cem reais). Trata-se apenas de valor fictício, a ser convertido em desconto sobre a Taxa de Comissão a ser paga pelo Comitente (Administração) ao Leiloeiro.

5.6.1.2. Um lance de R\$ 95,00 (noventa e cinco reais) significa que o Licitante cobrará Taxa de Comissão a ser paga pelo Comitente (Administração) de 4,75% (quatro vírgula setenta e cinco por cento) do valor do lance vencedor (arrematado).

5.6.1.3. Um lance de R\$ 90,00 (noventa e cinco reais) significa que o Licitante cobrará Taxa de Comissão a ser paga pelo Comitente (Administração) de 4,50% (quatro vírgula cinco por cento) do valor do lance vencedor (arrematado).

5.6.1.4. Um lance de R\$ 75,00 (setenta e cinco e reais) significa que o Licitante cobrará Taxa de Comissão a ser paga pelo Comitente (Administração) de 3,75% (três vírgula

cinco por cento) do valor Edital de Licitação DILIC 8279582 SEI 08129.002051/2019-50 / pg. 2

do lance vencedor (arrematado).

5.6.1.5. Um lance de R\$ 50,00 (cinquenta e reais) significa que o Licitante cobrará Taxa de

Comissão a ser paga pelo Comitente (Administração) de 2,50% (dois vírgula cinco por cento) do valor do lance vencedor (arrematado).

5.6.1.6. Um lance de R\$ 00,00 (zero reais) significa que o Licitante cobrará Taxa de Comissão a ser paga pelo Comitente (Administração) de 0,00% (zero por cento) do valor do lance vencedor (arrematado).

Se o recorrente não concorda com os termos previstos em Edital, deveria impugna-lo e não se submeter às condições daquilo que o mesmo considera ilegal, e inexecutável.

No mais, para finalizar, tratando da específica legalidade da administração pública nos termos do Edital e da minha proposta vencedora do certame, cito a legislação que regulamenta a profissão de leiloeiro oficial:

"Art.24 - A taxa de comissão dos leiloeiros será regulada por convenção escrita que, sobre todos os alguns dos efeitos a vender, eles estabelecerem com os comitentes. Em falta de estipulação prévia, regulará a taxa de 5% (cinco por cento), sobre móveis, mercadorias, jóias e outros efeitos e a de 3% (três por cento), sobre bens imóveis de qualquer natureza.

Parágrafo único- Os compradores pagarão obrigatoriamente cinco por cento sobre quaisquer bens arrematados"

E ainda, se o recorrente tivesse se atentado aos itens abaixo previstos em edital:

20.2. Da leitura do disposto acima transcrito, infere-se que o leiloeiro possui duas formas de remuneração cumulativas, pois uma não exclui a outra: (i) a comissão de responsabilidade do comitente, que pode ser (i.i) por convenção escrita entre as partes, não havendo fixação de limites, ou (i.ii) fixa no caso de não haver convenção entre as partes, que será de 5% no caso de móveis, e de 3% no caso de imóveis de qualquer natureza; e (ii) taxa de comissão paga pelo comprador, que é fixa na ordem de 5% sobre o valor do bem arrematado.

20.3. Ressalta-se que, nos termos do PARECER Nº 048/2012/DECOR/CGU/AGU, acima citado, já fixou a tese de ser este valor de livre negociação com a Administração, estando o percentual de 5% como máximo, mas não como fixo inegociável.

20.4. Dessa forma, o leiloeiro é remunerado tanto pela Administração segundo a convenção entre as partes quanto aos percentuais, como pelo arrematante, que paga uma remuneração fixa sobre o valor do bem arrematado.

20.5. O leiloeiro tem direito de receber a totalidade a comissão paga pelo comprador do bem arrematado, que é fixada em 5% do valor do bem arrematado.

20.6. Dessa forma, não deve ser confundida a remuneração que é paga ao leiloeiro pelo comitente, que no caso é a Administração, e outra a remuneração paga pelo arrematante do bem.

20.7. Na comissão a ser estabelecida entre a Administração e o leiloeiro, o profissional tem a liberdade de fixá-la com seu contratante, seja a Administração Pública, seja o particular, levando em consideração as despesas por ele desembolsadas.

20.8. Cumpre ressaltar que, o Poder Público ao prever a variação da comissão paga ao leiloeiro, estará respeitando a sistemática do mercado e poderá realizar contratações vantajosas, em que o particular pode até mesmo apresentar taxa de comissão negativa, como o mercado de prestação de serviços de vale-transporte e de vale-alimentação assim já faz, com ganho considerável por parte da Administração.

20.9. Destarte, ficará preservada a remuneração fixa do leiloeiro, advinda do arrematante, e será oportunizada a realização da efetiva disputa sobre o percentual a ser convencionado com o Poder Público.

Bom, se o recorrente subentende que terei prejuízo no cumprimento das obrigações inerentes a proposta de preços por mim apresentada, é convidado a acompanhar a execução do contrato, que é público e tem seus resultados publicados nas imprensas oficiais. Em 13 anos no mercado, não há em nenhuma instância governamental para a qual prestei serviços, uma notificação negativa sequer no cumprimento dos meus contratos como leiloeira pública oficial, e posso dizer que seguramente que já assinei mais de 50 contratos desse tipo.

DA CAPACITAÇÃO TÉCNICA

Quanto à capacidade técnica ou atestado de capacidade técnica conforme item 7.20.2 do edital foi solicitado:

"PELO MENOS 1(UM) atestado de capacidade em nome do proponente emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a realização, com êxito, de objeto, semelhante ao desta licitação. Os atestados devem comprovar, claramente a realização de leilão (ões) de bens móveis, QUE SE ENQUADRE NO OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO"

Sendo assim, o objeto da licitação é: Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de Leiloeiros Públicos Oficiais, pessoa física, para a realização de leilão de bens móveis, apreendidos e não leiloados em caráter cautelar, cujo perdimento tenha sido decretado em favor da União, bem como aqueles que podem ser indicados pela Justiça para realização de alienação antecipada, para o período de 12 (doze) meses, visando atender às necessidades da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento."

Tendo em vista, que tratam-se de bens móveis e não há a solicitação de atestados específicos de leilões de joias e embarcações em nenhum item do edital, APRESENTAMOS O QUE É SOLICITADO EM EDITAL: PELO MENOS 1(UM) ATESTADO DE REALIZAÇÃO COM ÊXITO (TOTAL - DIGA-SE DE PASSAGEM) DE OBJETO SEMELHANTE, OU COMO O PRÓPRIO EDITAL DIZ, DEVE COMPROVAR CLARAMENTE A REALIZAÇÃO DE LEILÃO DE BENS MÓVEIS.

O próprio edital elucida totalmente a questão, e demonstra que foi ENTREGUE A CAPACITACAO SOLICITADA, e não se faz necessário saber por que o requerente quer que sua própria vontade, seja atendida na questão de apresentação DE ATESTADOS DE CAPACIDADE DE LEILOES de joias e embarcações.

III- DO PEDIDO

Peço que esta comissão desconsidere as alegações apresentadas, pois tratam-se de total falta de entendimento das exigências e implicações previstas em Edital e me habilite para o item em questão visto que cumprio e cumpro todas as regras contidas no edital e na lei.

Conforme apresentado, as razões apresentadas pelo REQUERENTE são totalmente IMPROCEDENTES, SOB QUALQUER OTICA.

Cordialmente,

TATIANA PAULA ZANI DE SOUSA - LEILOEIRA OFICIAL JUCESP Nº 723

Fechar